



Ata da tricentésima vigésima segunda (322^a) reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 21 de julho de 2021, com a presença da Assessora da Presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro e dos Conselheiros: Clévio Vitor de Almeida e Amauri Arnaldo Junior. Ausência do conselheiro Cláudio Adriano de Siqueira Campos justificada. A reunião teve início remotamente, por meio do aplicativo "Google Meet" (serviço de comunicação por vídeo), às 9h05min, para apreciação e aprovação do Balancete Orçamentário de junho/2021, bem como gestão financeira e investimentos. O modelo de reunião remota fez-se necessário diante da pandemia de COVID-19, dadas ações do executivo municipal para priorizar o isolamento social, entre outras medidas no controle da disseminação do coronavírus. Observações sobre a base de cálculo das contribuições repassadas pela Prefeitura Municipal de Jacareí, SAAE de Jacareí, Fundação Cultural de Jacareí, Câmara Municipal de Jacareí e Serviço de Regulação de Jacareí referência folha de pagamento maio/2021; e Unidade Gestora (IPMJ) referência folha de pagamento junho/2021. As retenções sobre a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, referência junho de 2021, foram feitas de acordo com a Emenda Constitucional nº 41/03 e a MP 167/04, convertida na Lei nº 10.887/04. As receitas orçamentárias dispostas no balancete totalizaram o montante de R\$ 8.632.028,60 no mês, acumulando no ano R\$ 69.440.383,08, separadas em: a) contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, alíquota de 14%, o montante de R\$ 1.822.252,52; b) contribuições patronais (custo normal), alíquota de 14,22%, o montante de R\$ 1.914.896,57; c) contribuições para amortização do déficit atuarial (suplementar), alíquota suplementar de 16,52%, o montante de R\$ 2.103.226,92; d) acordos de parcelamentos com a Prefeitura Municipal de Jacareí: parcela 147/240 no valor de R\$ 32.029,60 referente a dívida de contribuição de 2003 (desfazimento da dação); parcela 137/420 no valor de R\$ 359.796,54 referente ao acordo de parcelamento de empréstimos; parcela 137/240 no valor de R\$ 751.011,04 referente acordo das dívidas de contribuições de 09/1996 à 07/1998 e 01/1999 à 12/2000; e parcela 05/60 no valor de R\$ 156.190,72 referente ao acordo de parcelamento de contribuições patronais suspensas em 2020; e) acordo de reparcelamento de contribuição de servidor totalizando R\$ 13.361,41; f) Receita Patrimonial formada por rendimentos auferidos dos fundos de investimentos: Santander FIC FI Institucional Referenciado DI R\$ 21.739,08; Santander FIC FI Institucional Referenciado DI Taxa de Administração R\$ 11.485,49; Bradesco FIC FIA Institucional IBRX Alpha R\$ 882.636,03; e amortização FIDC Fechado Multisetorial Master III R\$ 63.083,20; g) repasse de COMPREV no valor de R\$ 492.286,31 referência 04/2021; e h) outras receitas orçamentárias como restituição de benefícios previdenciários no valor de R\$ 5.053,22, honorários advocatícios no valor de R\$ 1.600,96 e outras receitas próprias no valor de R\$ 1.378,99.



As despesas orçamentárias previdenciárias empenhadas para pagamento de folha de inativos, pensionistas, compensação previdenciária entre o RGPS e PASEP (obrigações tributárias sobre rendimentos financeiros) representou o montante de R\$ 8.061.069,34 no mês e R\$ 48.331.966,33 no ano e as despesas orçamentárias administrativas empenhadas o montante de R\$ 317.952,51 no mês e R\$ 1.884.864,79 no ano, totalizando R\$ 8.379.021,85 no mês e R\$ 50.216.831,12 acumulado no ano. Foram analisados relatórios de despesas pagas, classificadas por tipo de desembolso, centro de custo, empenhos e fornecedores, bem como respectivas notas fiscais. Observaram os conselheiros o pagamento ao fornecedor Mestra Comunicação Ltda - ME (contrato 4.006.00/2018 de prestação de serviços de publicidade legal, firmado com a administração direta e indireta do município), referente a criação e finalização do Boletim Oficial, com o valor do custo fixo mensal, dividido entre os órgãos contratantes, e limitado a participação do IPMJ no contrato, sendo, no mês de junho, dividido entre Fundação Cultural R\$ 20.000,00, Fundação Pró-Lar R\$ 5.000,00, SAS e Mobilidade Urbana R\$ 10.000,00 e IPMJ R\$ 5.000,00. Tendo em vista, o posicionamento do Conselho Deliberativo, com a participação do Conselho Fiscal, na 148ª reunião extraordinária, ocorrida em 12/01/2021, solicitando critérios de mensuração na proporcionalidade de utilização dos serviços pelo IPMJ na prorrogação do contrato, destacaram os membros a não observância dessa solicitação, testificando a legalidade da despesa, de acordo com o contrato em vigor, mas recomendando maior transparência na forma de rateio dos serviços prestados. As movimentações financeiras foram apresentadas e avaliadas em demonstrativo anexo a essa ata. Por meio de relatório gerencial foi apresentado o acompanhamento da taxa de administração com saldo diante das despesas empenhadas de R\$ 2.933.640,42, liquidadas R\$ 3.215.802,85 e pagas R\$ 3.324.698,06. Em consenso os conselheiros aprovaram o balancete orçamentário de junho/2021, bem como suas movimentações financeiras. Na análise dos investimentos, por meio de demonstrativo mensal de resultados, que traz o acompanhamento das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do instituto, verificaram os conselheiros, que a carteira rentabilizou positivamente R\$ 3.682.293,93, acumulando no ano R\$ 18.575.122,89, totalizando o patrimônio em R\$ 647.771.924,69. O desempenho foi de 0,56% no mês, e 2,68% no ano, resultando em 53,34% da meta de 1,05% no mês, e 39,91% da meta de 6,71% no ano. Os resultados refletem recuperação econômica, pautada na quantidade de estímulos necessários para sustentar essa recuperação, pressão nos indicadores de inflação, elevação de taxa de juros, desvalorização do dólar e agenda de reformas no cenário doméstico, atestando a volatilidade no mercado financeiro. Constataram os conselheiros a aderência de todos os fundos à Resolução 3922/2010 e Política de Investimentos 2021 e



a aprovaram o demonstrativo mensal elaborado pelo comitê de investimentos (CAIF). Para a Comissão Especial da eleição dos Conselhos do IPMJ 2021 a representante do Conselho Fiscal será a servidora do SAAE Simeia Caroline Pereira. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h50min e foi por mim Fabíola de Melo Silva Carneiro, Assessora da Presidência, lavrada lavrada a presente ata que será assinada pelos presentes. *****

Fabíola Melo S. Carneiro

Fabíola Melo Silva Carneiro

Clévio Vitor de Almeida

[Signature]

Mauro Arnaldo Junior

Mauro Arnaldo Junior